



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

UM ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO ENFOQUE DA FUNCIONALIDADE¹

ALBERNAZ, Luciene Dias – UERJ²

BARROS, Rafaela Souza de – UERJ³

CASTRO, Magda Souza - UERJ⁴

RODRIGUES, Suellen da Rocha – UFF/UERJ⁵

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas – UERJ/UFF⁶

INTRODUÇÃO

A pesquisa descreve um estudo exploratório com jovens com deficiência intelectual a partir de alguns indicadores da Escala de Intensidade de Apoios (SIS) desenvolvida pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), dos estudos de FERNANDES (2008) e SANCHES-FERREIRA, LOPES-DOS-SANTOS & SANTOS (2012) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

*A Escala de Intensidade de Apoios (SIS) é uma escala multidimensional construída para determinar o padrão e intensidade das necessidades de apoio de cada indivíduo com deficiência intelectual, ainda em fase de validação para a língua portuguesa em parceria com a Universidade Federal de São Carlos e Universidade do Minho.*⁷

Este trabalho vincula-se ao grupo de pesquisa sobre deficiência intelectual contando com a participação de bolsistas de Estágio Interno Complementar, Iniciação à Docência e PROATEC do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação Especial e Inclusiva e apresenta resultados preliminares no uso de instrumentos de identificação de apoios para pessoas com deficiência intelectual.

¹ O presente trabalho possui apoio do Projeto “Programa de Melhoria das Instalações Físicas e Tecnológicas do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva”, inscrito na FAPERJ sob o número E-26/112.173/2012 do edital 20/2 (Apoio às Universidades Estaduais do Rio de Janeiro – UERJ, UENF, UEZO).

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Bolsista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – e-mail: luciene.albernaz@oi.com.br

³ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Bolsista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – e-mail: rafaela.souza.barros@hotmail.com

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Bolsista voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – e-mail: mgd.castro@yahoo.com.br

⁵ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) – Bolsista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – e-mail: [suellen2709@yahoo.com.br](mailto:suelllen2709@yahoo.com.br)

⁶ Professora Adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) – e-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

⁷ Na Universidade Federal de São Carlos a pesquisa é coordenada pela Dr^a Maria Amélia Almeida e na Universidade do Minho pelo Dr. Miguel Augusto Santos.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

O conceito atual da deficiência intelectual, da American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (2010) traz uma concepção que facilita a compreensão e o planejamento dos apoios necessários à inclusão das pessoas com deficiência intelectual na sociedade. Assim entende-se por deficiência intelectual: *deficiência caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que abrange muitas habilidades sociais e práticas cotidianas. Esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos.*⁸

Sendo assim, temos como objetivo analisar as competências sociais de um grupo de jovens e adultos com deficiência intelectual, a partir da aplicação da Escala de Intensidade de Apoios nas famílias de jovens e adultos de uma Escola Municipal Especial e uma Organização não governamental em dois municípios da Região Metropolitana e numa Organização Não Governamental (ONG) da região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro. Serão analisados os seguintes aspectos presentes na escala: Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio que precedem as sessões em que a escala está dividida e, é realizada com o responsável, contendo, unicamente sua opinião a respeito do objeto da entrevista. Analisaremos ainda, os seguintes pontos da Seção 1 da escala a) atividades da vida doméstica; b) atividades da vida comunitária; c) atividades sociais.

Breve panorama da Educação Especial e da Deficiência Intelectual

É fundamental destacar a trajetória percorrida pelas pessoas com deficiência intelectual enfatizando as lutas realizadas pela humanidade pelo direito de “possuir direitos” e o reconhecimento da Educação Especial. Com o surgimento dos ideais de direitos humanos, cidadania e respeito às diferenças, surge também o atendimento educacional especializado para este alunado.

Apesar de todas essas ações a favor das pessoas com deficiência intelectual, ainda assim esse atendimento não garantia essa assistência. A Educação Especial aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4.024/61, no Art. 88, onde afirma: “a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação” (BRASIL, 1961). Na Lei 5692/71 (BRASIL, 1971), foi previsto o tratamento especial para os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais e os superdotados. Também na década de 70 foi criado no Ministério da educação, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo Decreto nº 72.425/73 (BRASIL, 1973), com objetivo de promover em âmbito nacional, melhor atendimento educacional aos excepcionais no RJ, transformado em 1986 na Secretaria de Educação Especial (SEESP). O CENESP introduziu a Educação Especial no planejamento das Políticas Públicas Educacionais, criando as classes e escolas especiais, sendo um serviço especializado paralelo, com currículo e metodologia, sendo um espaço de segregação para alunos com NEE, nas diversas redes de ensino, fazendo parte da formação dos professores da área de educação. A segregação é criada pelo CENESP, que tem a perspectiva de integrar os alunos que acompanham o ritmo de estudos e os demais estudantes ingressariam na Educação Especial.

Na época atual, as conquistas estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, no Artigo 208, afirmam que a inclusão de alunos com deficiência deve ser preferencialmente no

⁸ Definição de deficiência intelectual e escala de Suporte de Intensidade. Disponível em: <<http://aaid.org/>>. Acesso em 10 de agosto de 2013.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

sistema regular de ensino, sendo uma educação obrigatória pra todos, (BRASIL, 1988); a Conferência Mundial de Educação para todos⁹, afirma que “toda pessoa tem direito à educação” (UNESCO, 1990), aborda a importância da universalização do acesso à educação e promove a igualdade, destacando que a aprendizagem dos educandos com necessidades especiais requer uma atenção especial, propiciando recursos e ambientes adequados, que garantam a igualdade de acesso a estes. Através disso, houve um acordo entre os países signatários, dentre os quais o Brasil faz parte, de possibilitar políticas educativas que promovam o acesso à educação para todas as pessoas, procurando reverter o quadro de exclusão escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), no Art. 54 nos diz: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; e no Art. 55. “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Desta maneira, os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros são garantidos, e também afirma que na Educação Especial, é estabelecido aos pais ou responsáveis a obrigatoriedade da matrícula dos filhos em rede pública. Novos conceitos sobre a Educação Especial como modalidade de ensino surgem, e com isso seu nome passa a Educação Inclusiva e sobre alunos portadores de necessidades especiais, ocorre a mudança para Necessidades Educacionais Especiais (NEE), contribuindo para elaboração de uma nova LDBEN, afirmando um compromisso para uma nova abordagem, a inclusão, estabelecendo que todos devem ter acesso à Educação (FERNANDES & GLAT, 2005).

No âmbito internacional, a Educação destinada às pessoas com necessidades educacionais especiais por consequência de alguma deficiência, como deficiências auditivas, visuais, mental ou transtorno global do desenvolvimento– autismo, psicoses e outros, ganha forças mediante a Declaração de Salamanca que afirma: “Todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental a educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos” e também que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. (UNESCO, 1994).

Tendo sido amplamente divulgada e debatida no Brasil, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) representou um marco favorável à inclusão, por fortalecer a ideia de que as escolas regulares devem receber todas as crianças, independentemente das dificuldades e diferenças existentes, quer física, social ou linguística, procurando respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem e formas de subjetivação (FERNANDES, REDIG & SILVA, 2008, p. 2).

Estimulada pela Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 definiu a política e as formas de oferta da Educação Especial, sendo o direito à educação de todas as pessoas intransferível, este ideal também é compreendido e reafirmado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Em relação às adequações curriculares a atual LDBEN, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no artigo 59, aconselha que os sistemas de ensino assegurem aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; afirma a terminalidade

⁹ Conferência realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990.



específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Pensando especificamente na deficiência intelectual, de acordo com Fernandes & Orrico (2011), as políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência no sistema público são relativamente recentes na história brasileira, considerando o contexto internacional.

O primeiro setor a realizar trabalhos voltados para a pessoa com deficiência intelectual foram os médicos ao perceberem a necessidade de realizar um atendimento distinto para tal público, até então, chamados de deficientes e segregados em hospitais psiquiátricos, sem diferenciação de idade e sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento educacional. Nesses locais essas pessoas faziam terapias individuais e não se tinha um pensamento de cunho pedagógico, pois este não era considerado necessário, ou até mesmo possível. O atendimento ao deficiente mental (neste período ainda eram chamados assim) foi iniciado por volta de 1874, antes da proclamação da República, por iniciativa de médicos que começaram a distinguir deficiência mental de doença mental.

Segundo Fernandes & Côrrea (2008), com a chegada de Helena Antipoff¹⁰ foram criados os centros experimentais de Psicologia para auxiliar a avaliação dos possíveis “débeis mentais” no sistema de ensino. Foram esses laboratórios que deram origem à primeira Sociedade Pestalozzi, que foi fundada em 1935 com a finalidade de abrigar alunos com deficiência mental. Em 1954 foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro. Estas instituições foram responsáveis, durante décadas, em oferecer educação a esses alunos.

Ao analisar as pesquisas experimentais de Helena Antipoff que visavam o desenvolvimento intelectual da criança e, também, a metodologia de acompanhamento destes sujeitos, Campos (*apud* FERNANDES, 2008) percebe que tais estudos se votaram contra esses indivíduos, como “profecias autocumpridas”.

Em breve, porém, sua preocupação com as condições que o ensino público brasileiro estava realmente oferecendo, tendo em vista a democratização e a garantia do acesso de todas as crianças aos benefícios da educação, iria se manifestar com mais clareza. Ao longo da década de 1930, com o declínio dos investimentos no ensino fundamental e a progressiva burocratização do sistema educacional público, os procedimentos que havia sugerido para a organização das classes homogêneas e o tratamento das crianças com dificuldades de aprendizagem estavam se voltando contra as próprias crianças que se pretendia ajudar. As classificações por nível intelectual, realizadas no início do ano escolar, transformavam-se, nas mãos da tecnocracia educacional, em verdadeiras “profecias autocumpridas”, selando o destino de muitas crianças com base em prognósticos baseados em resultados de testes de QI. Para um grande número de crianças, o fracasso nos primeiros anos de escolaridade tornou-se a experiência mais frequente. As chamadas “classes especiais”, para as quais Antipoff havia sugerido os programas de ortopedia mental - visando a melhorar o desempenho das crianças que apresentavam dificuldades em acompanhar o programa de estudos regular - recebiam um número excessivo de alunos, e as professoras delas encarregadas tinham pouco prestígio no sistema. As escolas públicas, em sua ação concreta, não acompanhavam o Laboratório de

¹⁰ Helena Dladinirna Antipoff, psicóloga e pedagoga de origem russa, pioneira na introdução da educação especial no Brasil (pt.wikipedia.org/wiki/helena_antipoff)



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Psicologia na confiança nas possibilidades das crianças, mesmo aquelas consideradas mais lentas, ou na defesa da realização plena dos ideais do direito à educação.

Segundo Rodrigues, Assmar, Jablonsky (*apud* FERNANDES, 2008), nos apresentam que tais profecias autocumpridas e autorealizadoras são reflexos dos esquemas sociais. Sendo assim, *"Consiste na exibição de um padrão de comportamentos que, guiado por esquemas, faz com que a pessoa alvo deste comportamento seja influenciada por ele e responda de forma coerente com as expectativas."*

Os denominados "imbecis" e os que tinham defeitos orgânicos respaldados por ações legais tinham o direito de isenção na matrículas em grupos escolares, sendo desta maneira a exclusão do ambiente escolar já se fazia presente aos que possuíam incapacidades.

Os Serviços de Higiene além de dar conta de suas questões como dos espaços físicos da escola, tinham que detectar os diferentes "deficientes do sistema", portanto os indisciplinados, os tímidos, retardados por diferentes causas, como miséria e maus tratos.

Segundo Januzzi (*apud* FERNANDES, 2008), o contexto escolar de pessoas com deficiência inseriu ao diagnóstico da deficiência mental padrões sociais transmitidos pela instituição escolar, como por exemplo, moralidade, disciplina e abandono social. Foi a partir deste momento que começou a relacionar o diagnóstico de deficiência mental com o fracasso escolar, contudo, a princípio, não há ligação. A partir deste momento, todas as crianças que apresentam dificuldades nas aprendizagens eram suspeitas de ser deficiente mental, sendo deixado para trás as diferenças sociais, culturais.

O Centro Nacional de Educação (CENESP) servia como orientador do atendimento educacional aos indivíduos com deficiências.

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) do Ministério de Educação é criado no início da década de 70 com o objetivo de nortear as linhas e diretrizes do atendimento educacional a pessoas com deficiências. Até então, a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência mental era assumida por entidades não governamentais. (FERNANDES & CORRÊA, 2008)

O CENESP oferecia um modelo de atendimento educacional às pessoas com deficiência mental fundamentado no *"mainstreaming"*. Tal modelo funcionava da seguinte forma. As pessoas com deficiência eram colocadas em uma corrente da vida através do sistema de cascata, ou pirâmide invertida, que caracteriza uma sociedade de castas, o direcionamento do aluno, após avaliação, em uma das modalidades de atendimento: classe regular, classe regular com sala de recursos, classe especial, escola especial. De acordo Pereira (*apud* FERNANDES, 2008), *mainstreaming*, *"significa educar, colocar os excepcionais na corrente da vida nos seus diversos níveis, aspectos e solicitações mobilizando o indivíduo."*

Os anos 80, por conta de estudos da época, possibilitaram o início do ingresso em rede pública de alunos com deficiência. Entretanto, muitos sistemas da Educação Especial aliaram as classes especiais à *"medicalização do fracasso escolar."* Para ratificar tal informação citamos que em muitas instituições públicas o público presente nas classes especiais para alunos com deficiência mental eram os alunos que já haviam sido reprovados nos anos iniciais do ensino fundamental, o que afirma a concepção deles da medicalização do fracasso escolar. Sendo assim, de acordo com a disposição dos serviços da educação especial a separação entre



fracasso escolar e deficiência mental é mínima.

Assim como já dito, a década de 80 foi importante por seus estudos, sendo assim neste momento foi traçado um cenário interessante das ideias de aprendizagem de pessoas com deficiência mental. Tal momento representou uma mudança nas práticas pedagógicas, existentes até o momento, trabalhadas com alunos com deficiência mental. Isto foi fundamental para a entrada dos anos 90 que foi identificado pelo início do processo de inclusão desse público alvo em classes regulares.

Segundo Fernandes e Corrêa (2008) a partir do *“aspecto Construtivista, fundamentado nos estudos psicogenéticos, Ferreiro (1985), Mantoan (1989) e Inhelder (1970), destacamos que agora tal sujeito era entendido pelo viés de sua potencialidade, sendo agora liberto de títulos enfatizadores de sua deficiência.”* O professor, neste instante, torna-se fundamental no processo de aprendizagem deste alunado. O professor recebe “qualificação” como grupos de estudos, palestras, cursos e etc. para obter um conhecimento teórico que o possibilitou a intervir de maneira criativa e autônoma na construção do conhecimento desses alunos. Entretanto, os estudos referentes à inclusão escolar de alunos com retardo mental são poucas.

MÉTODO

O presente estudo optou por trabalhar com a metodologia de entrevista participativa no qual os entrevistados foram os alunos público alvo de tal pesquisa e seus responsáveis, para além de tal artifício, nos propomos a realizar uma revisão bibliográfica apresentando o percurso da educação especial no Brasil enfatizando o sujeito com deficiência intelectual. O atendimento aos jovens e adultos com necessidades especiais, também será exposto articulando-se com a relevância dos estudos desenvolvidos pela Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) quanto à compreensão e planejamento dos apoios necessários à inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

A Escala de Intensidade de Apoios (SIS- Support Intensity Scale) é uma escala multidimensional que busca avaliar o grau dos suportes necessários para que cada indivíduo possa exercer funções do cotidiano. *“A SIS foi criada para (a) avaliar necessidades de apoio, (b) determinar a intensidade dos apoios necessários, (c) monitorizar o progresso, e (d) avaliar os resultados dos adultos com deficiência intelectual e do desenvolvimento”.* (Manual AAIDD, p. 22).

A Escala de intensidade de apoios (SIS- Support Intensity Scale) foi desenvolvida ao longo de cinco anos pensando nas mudanças no modo como a sociedade vê e se relaciona com pessoas com deficiência. Tais transformações provocaram a necessidade da criação de um instrumento de avaliação da intensidade das necessidades de apoio dos indivíduos.

As principais mudanças encontram-se relacionadas com: (a) expectativas positivas para as experiências de vida das pessoas com deficiência, (b) a utilização de descrições funcionais das condições incapacitantes, (c) maior orientação para atividades apropriadas à idade cronológica, (d) o aparecimento de serviços conduzidos pelo consumidor, e (e) a prestação de apoios individualizados através de redes de apoio. (Manual AAIDD, p.6)

A SIS diferencia-se de outros instrumentos utilizados para se medir a competência pessoal por estar centrada no nível de habilidade que o indivíduo manifesta habitualmente nas tarefas de

seu cotidiano. Mede, ainda, aspectos da inteligência conceitual, prática e social, avaliando as necessidades de apoio.

A pesquisa contou com 15 participantes da Escola Especial de um município da Região Metropolitana – identificado pela sigla M1, seis participantes de uma ONG de um município da região serrana – identificado pela sigla m2 e 16 participantes de uma ONG de também de um município da região metropolitana – identificado pela sigla m3. Na escola especial (M1), dos entrevistados com deficiência intelectual temos, quatro com síndrome de Down, três com autismo, dois com microcefalia e seis por causas diversas. Já na ONG (M2) foram entrevistados um com síndrome de Down e cinco com deficiência intelectual por causas diversas. Enquanto que na ONG (M3) dos entrevistados, um possui síndrome de Down, uma múltipla deficiência (DI e deficiência visual) e 14 por causas diversas. O público alvo do estudo foram pessoas com deficiência intelectual acima de 16 anos. As entrevistas eram feitas aos responsáveis, docentes ou pessoas que convivem a mais de 2 meses com o indivíduo, de acordo com o protocolo da SIS. Na pesquisa a coleta dos dados foi realizada com os responsáveis, orientados quanto ao caráter da pesquisa e com protocolo de consentimento por escrito. Destaca-se o grande interesse de participação das famílias no estudo.

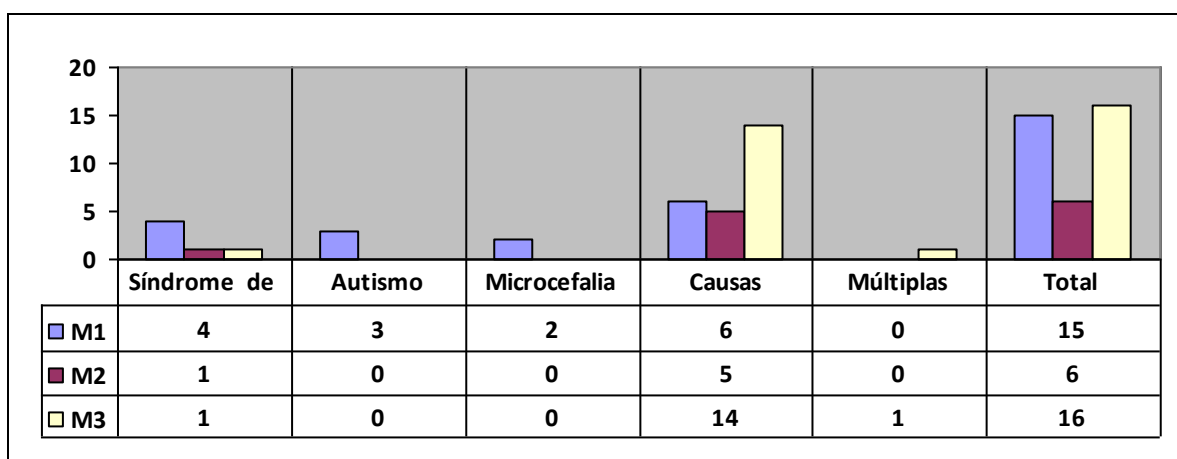


Gráfico 1: Comparativo entre o total de entrevistados
(Participantes com Deficiência Intelectual)

RESULTADO

Para critérios de discussão e objetivos a serem alcançados, avaliamos os seguintes pontos da escala: Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio que precedem as sessões em que a escala está dividida e, é realizada com o responsável, contendo, unicamente sua opinião a respeito do objeto da entrevista. Analisamos ainda, os seguintes pontos da Seção 1 da escala a) atividades da vida doméstica; b) atividades da vida comunitária; c) atividades sociais.

Em atividades da vida doméstica há a presença dos seguintes itens: como usar o banheiro, cuidar da roupa, preparar refeições, comer, cuidar da casa, vestir-se e despir-se, tomar banho e cuidar da higiene pessoal e utilizar aparelhos domésticos. Em atividades da vida comunitária há os seguintes itens: deslocar-se de um local a outro utilizando algum transporte, participar de atividades de recreação e lazer em contextos comunitários, usar serviços públicos, ir às

compras e adquirir bens e serviços, participar em atividades comunitárias preferidas e interagir com membros da comunidade, ter acesso a locais públicos.

Em atividades sociais há os seguintes itens: relacionar-se com pessoas com quem vive, participar em atividades de recreação e lazer com outros, relacionar-se com pessoas fora do ambiente familiar, fazer e manter amizades, comunicar com os outros sobre necessidades pessoais, utilizar competências sociais apropriadas, envolver-se em relacionamentos amorosos e íntimos e envolver-se em trabalho de voluntariado.

A pontuação total destes itens é dada a partir da análise do tipo de apoio de que necessita a frequência deste apoio e o tempo diário.

Há quatro esquemas presentes na escala que incorporam quatro níveis de intensidade sem uma base empírica que sustente um número em detrimento de outro.

Usaremos o esquema com base no Índice de Necessidades de Apoio da SIS cuja *“classificação implica determinar a média e o desvio padrão do grupo de comparação do indivíduo e o sistema de avaliação se baseia nos desvios dos resultados.”* (Manual AAIDD, p.43)

Assim, temos quatro níveis em que: quanto mais elevado for o resultado, maior o nível de necessidades de apoio.

- Nível I – 84 ou menos;
- Nível II – 85 – 99;
- Nível III – 100 – 115;
- Nível IV – 116 ou mais.

Dos 15 entrevistados do M1, todos estão no nível I quanto a atividades da vida doméstica e atividades sociais. Em atividades da vida comunitária apenas um destes está no nível II.

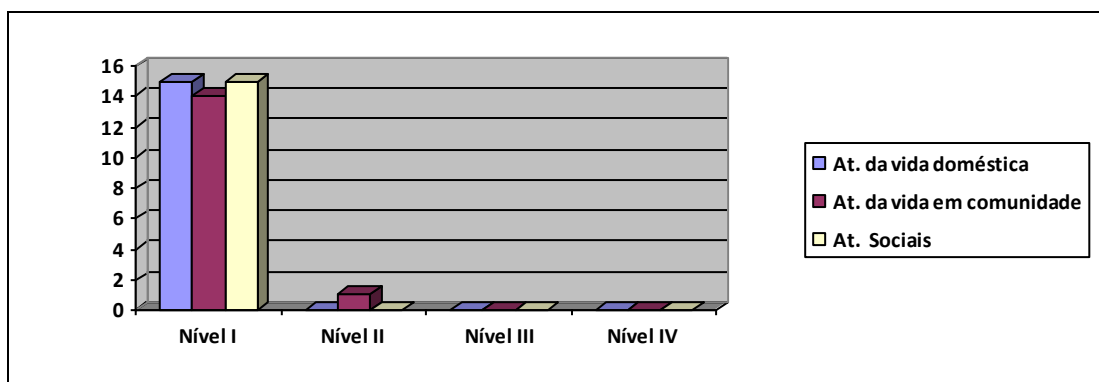


Gráfico 2: Índice de necessidades de apoio do M1

Quanto às respostas dos responsáveis apresentadas na Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio, observamos que oito ou mais acreditam que os objetos da pesquisa apresentam dificuldades quanto a pelo menos dois dos aspectos analisados, enquanto que sete compreendem que os mesmos possuem pouca ou nenhuma dificuldade nos aspectos analisados.

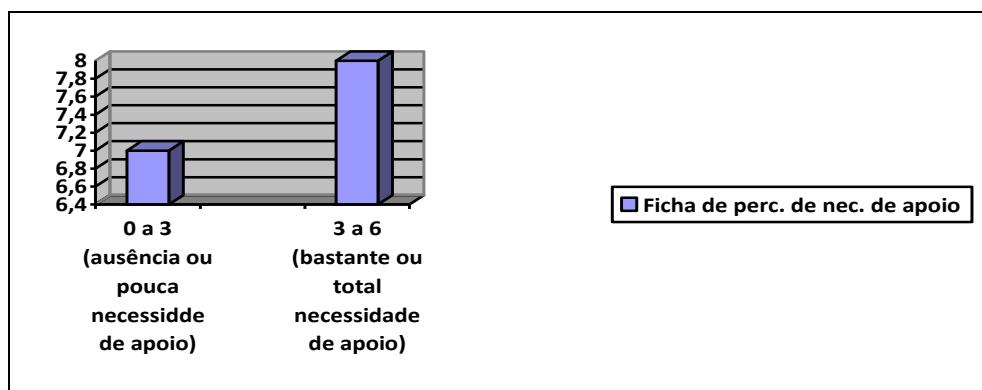


Gráfico 3: Ficha de percepção de apoios do M1

Dos seis entrevistados do M2 todos obtiveram nível I, de acordo com as respostas fornecidas por seus responsáveis dentro dos três pontos descritos anteriormente. Percebemos que, do total de entrevistados, cinco estão a, pelo menos quatro anos inseridos no Projeto Eficientes (atual projeto do qual fazem parte), estes apresentaram pontuações bem inferiores a 84. O entrevistado que apresentou dentro do nível I, índices mais próximos dos 84 e que é o mais novo dentre os demais, possui apenas um ano no atual projeto e 15 anos em uma instituição anterior, tempo este igual ou superior ao dos demais entrevistados que passaram anteriormente por outras instituições voltadas ao atendimento a pessoas com deficiência.

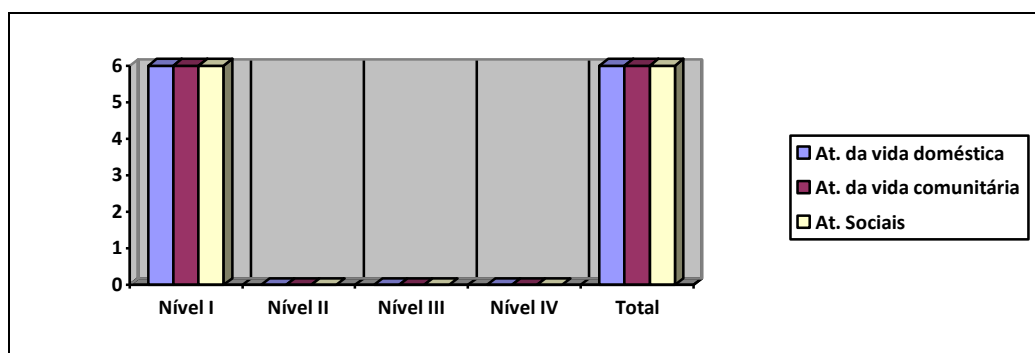


Gráfico 4: Índice de necessidades de apoio do M2

Embora os resultados sejam satisfatórios sob a perspectiva das necessidades de apoios, os responsáveis ao responderem a Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio indicaram em sua maioria o oposto.

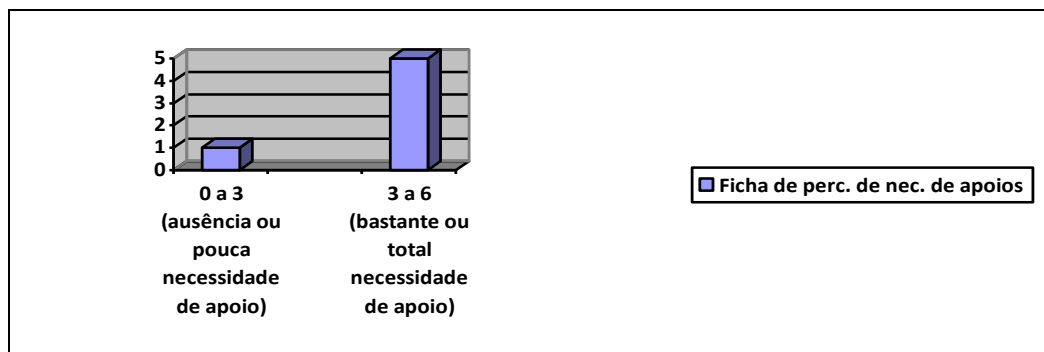


Gráfico 5: Ficha de percepção de apoios do M2

Já os 16 entrevistados do M3, todos estão no nível I quanto às atividades sociais e atividades da vida comunitária, em atividades da vida doméstica apenas um destes está no nível II.

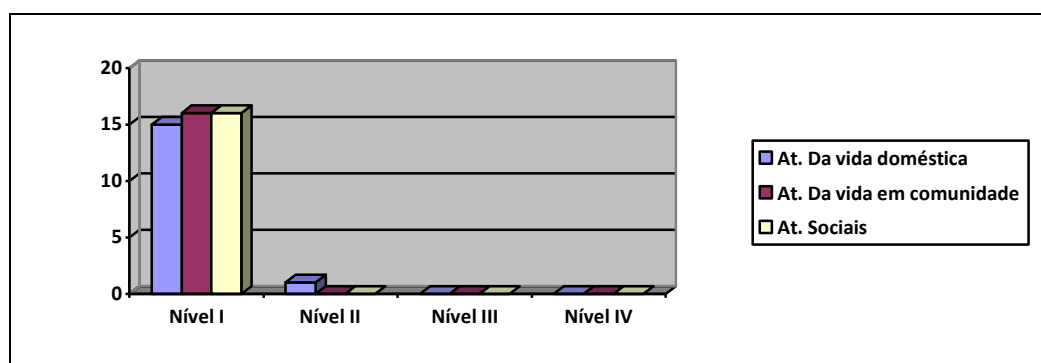


Gráfico 6: Índice de necessidades de apoio do M3

Quanto às respostas dos responsáveis apresentadas na Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio, observamos que foram coerentes quanto às atividades desenvolvidas pelos entrevistados. Dentre o total entrevistado, apenas dois acreditam que os objetos da pesquisa apresentam dificuldades quanto a pelo menos dois dos aspectos analisados, enquanto que 14 compreendem que os mesmos possuem pouca ou nenhuma dificuldade nos aspectos analisados.

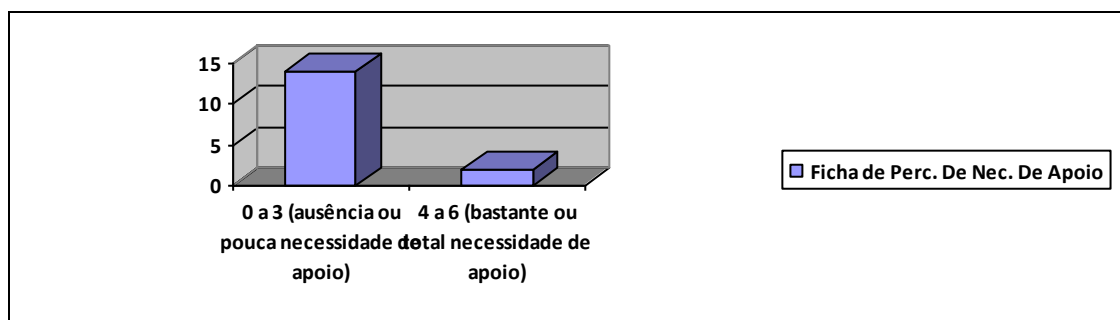


Gráfico 7: Ficha de percepção de apoios do M3



DISCUSSÃO

A escala de intensidade de apoios (SIS) foi utilizada em um estudo exploratório e foi aplicada em 5 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A amostra escolhida para o estudo foi uma Escola Municipal Especial de um município da Região Metropolitana, uma Instituição de Atendimento a pessoas com Deficiência Intelectual, também de um município da Região Metropolitana e uma Instituição de Atendimento a pessoas com Deficiência Intelectual de um município da Região Serrana, ambos no Estado Rio de Janeiro.

A escola especial possui em torno de 500 alunos distribuídos em diversas classes com alunos de diferentes faixas-etárias distribuídas nos três turnos. Oferece um atendimento multidisciplinar contando com os serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, pediatria, psicologia e dentista. Contudo, apesar dos diversos atendimentos oferecidos pela escola foi apresentado pelos responsáveis que não eram todos os alunos que recebiam o atendimento multidisciplinar.

A ONG da Região Metropolitana oferece serviços de psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia, dentaria as pessoas com deficiência intelectual, além de oferecer suportes aos responsáveis dos mesmos. Já a ONG da Região Serrana foi fundada em 2000 e trabalha sob a perspectiva da Educação Inclusiva e destina-se a pessoas com múltiplas deficiências sem distinção de idade. Dentre os projetos que realiza há as oficinas terapêuticas, realizadas no próprio ambiente e visa estimular o processo criativo, artístico, expressivo através das artes. O que foi observado durante a visita foi trabalho com desenhos já prontos, infantilizados e sem atividades com viés para formação de mão de obra para trabalho e constituição para uma vida autônoma.

Primeiramente na ONG da região serrana (M2), ao analisarmos os resultados adquiridos nas respostas da Ficha de Percepção de Necessidades de Apoio pelos responsáveis (preenchida antes do início da apresentação da escala). Tal ficha apresenta de forma sucinta as questões. Dessa maneira, quando perguntado sobre atividades de vida diária a mesma é descrita da seguinte maneira:

- Atividades e tarefas diárias relacionadas com os cuidados pessoais e a manutenção e limpeza da sua casa.

Quando questionado sobre atividades da vida em comunidade há a seguinte apresentação:

- Atividades e tarefas relacionadas com a participação na vida da sua comunidade, incluindo deslocações e recurso a serviços e espaços comunitários.

E ao expor a atividades sociais diz:

- Atividades e tarefas necessárias para que a pessoa se envolva em atividades sociais, relacionando-se de forma adequada com diferentes pessoas em diferentes contextos.

Portanto, há uma apresentação de maneira breve aos itens que serão discutidos. Sendo assim, podemos destacar que os responsáveis, a princípio, não creditavam aos objetos da pesquisa uma potencialidade para as ações apresentadas. Entretanto, a escala proporciona subsessões nos quais estabelece um detalhamento de cada sessão, oferecendo atividades específicas. A especificidade de cada questão já foi apresentada neste estudo. Porém, ao analisarmos as respostas fornecidas as subsessões, há um choque nas informações recolhidas anteriormente



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

na ficha de percepção de necessidades de apoio. Nas subsessões na qual há uma prática efetiva os responsáveis identificam o potencial em seus objetos em alcançar sucesso na ação. Foi possível observar o mesmo resultado no município da Região Metropolitana. Durante a aplicação da escala na escola especial, pudemos perceber nas falas dos responsáveis que os mesmos tinham receios em permitir que tais sujeitos tivessem ou alcançassem uma autonomia para andarem sozinhos ou em permitir que executassem tarefas mais complexas e mesmo se relacionarem amorosamente. Há um sentimento de incapacidade e mesmo de não sentir que tais ações pertençam a eles.

Quanto à análise do M3 podemos perceber que não possui a diferença apresentada no M1 e M2. Sendo assim, as respostas oferecidas pelos entrevistados foram semelhantes tanto na Ficha de Percepção de Necessidade de Apoio quanto na escala efetivamente.

CONCLUSÕES

Através deste estudo foram apresentados os resultados no qual os entrevistados foram os alunos, público alvo de tal pesquisa, e seus responsáveis, para além de tal artifício, nos propomos a realizar uma revisão bibliográfica apresentando o percurso da educação especial no Brasil enfatizando a pessoa com deficiência intelectual.

Acreditamos que tal aplicação obteve grandes resultados ao analisarmos que os respondentes ofereceram respostas distintas na ficha de percepção de necessidades de apoio comparadas as dadas nas sub sessões utilizadas para análise. Sendo assim, pudemos perceber a realização de uma auto avaliação por parte dos responsáveis ao olharem para as práticas de seus pares estudados.

Com isso, constatamos a importância desta pesquisa para os jovens e adultos com deficiência intelectual no que se refere à percepção de sua capacidade em aprender as diversas competências a partir do momento em que a comunidade se adapta as suas necessidades, inclui-se também aos profissionais da Educação, principalmente os docentes, com relação à fomentação desta pesquisa, uma vez que proporciona subsídios para pesquisas posteriores.

Observamos que ao longo da aplicação os familiares respondentes tomavam consciência de como seus filhos poderiam obter maior independência se recebessem os suportes necessários. É possível concluir, por meio do estudo, que os indivíduos com deficiência intelectual são tão capazes como as pessoas consideradas “normais”, pois, a partir do momento em que se reconhecem suas necessidades e, são criadas condições para que convivam de modo mais autônomo possível, desenvolvendo competências sociais, profissionais, educacionais etc., abre-se o espaço para a inclusão.

Neste sentido este estudo exploratório indica que a aplicação da Escala de Intensidade de Apoios poderá contribuir para a transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual, bem como a elaboração de trabalhos coletivos e/ou individuais para determinadas circunstâncias/contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961 Disponível no site:



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm.

Acessado em 26 de ago. de 2013.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível no site:

http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acessado em 26 de ago. de 2013.

_____. **Decreto nº 72.425 de 03 de julho de 1973.** Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providência. Brasília, 1973. Disponível no site:

<http://app.vlex.com/#vid/cria-centro-nacional-especial-cenesp-34194642>. Acessado em 26 de ago. de 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília: DF, 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 1990.

_____. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

Thompson, J.R. et al. **Manual Associação Americana de Incapacidade Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD).** Tradução de Miguel Augusto Santos. Portugal, 2013, 83p.

FERNANDES, E. M.; GLAT, R. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista de Inclusão**, Brasília/DF - MEC, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

_____, REDIG, A. G. & SILVA, E. de C. e. A formação de professores para classes inclusivas e a importância do conhecimento acerca das adaptações curriculares In: **Anais do IX Jornada de Educação Especial - qualidade de vida para as pessoas com necessidades educacionais especiais: a dimensão das relações políticas, educacionais e familiares.** Marília: SP, 2008.

FERNANDES, E. M. & CÔRREA, M. Â. M.. **Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais: o aluno com Deficiência Mental.** Primeira edição. Rio de Janeiro. UNIRIO. 2008.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual.** In MENDES, E & ALMEIDA, M.A (Org.). Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2010.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

FERNANDES, E. M. & ORRICO, H. F. **Acessibilidade e Inclusão Social**. Primeira edição. Rio de Janeiro. 2011.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

SANCHES-FERREIRA, Manuela; LOPES-DOS-SANTOS, Pedro & SANTOS Miguel Augusto. **A desconstrução do conceito de *Deficiência Mental* e a construção do conceito de *Incapacidade Intelectual*: de uma perspectiva estática dinâmica perspectiva dinâmica da funcionalidade**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 4, p. 553-568, Out.-Dez. 2012.